

A PROPRIEDADE FAMILIAR EM GOIÁS E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

*Libertad Borges Bittencourt**

Resumo

O presente trabalho objetiva proceder a uma reflexão sobre a questão moderno *versus* tradicional na agricultura brasileira, num quadro em que tradicional acaba por caracterizar a pequena propriedade familiar, sendo essa colocada como empecilho para a ampla modernização do setor agrário no país. Essa bipolaridade, opondo de maneira simplista modernos e tradicionais, escamoteia a política governamental que privilegia a grande produção e a agroindústria. O esgotamento do modelo de modernização vem abrindo novas possibilidades para os sujeitos antes excluídos e nesse contexto resgata-se a problemática da pequena produção.

A conceituação de modernidade abre espaço para inúmeros enfoques, muitos dos quais procuram resgatar a própria identidade dos povos que, teoricamente, buscam vias para um processo modernizador igualitário.

Enrique Dussel afirma que na América Latina a ‘invasão’ e a ‘colonização’ excluíram muitos sujeitos históricos que são a ‘outra face’ da modernidade. São os oprimidos que ainda hoje sofrem esse processo de ‘encobrimento’. O autor, num embate com enfoques de Hegel, Habermas e Kant, que à sua maneira referiram-se à modernidade, excluindo a América Latina, afirma:

A colonização da vida cotidiana do índio, do escravo africano pouco depois, foi o primeiro processo “europeu de modernização”, de

* Professora Assistente do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás.

civilização, de “subsumir” o Outro, como si mesmo... é o começo da domesticação, estruturação, colonização do “modo” como aquelas pessoas viviam e reproduziam sua vida humana.¹

Novas abordagens procuram refletir um processo que permeia a trajetória histórica da América Latina desde seu início, uma vez que o marco histórico que alavancará essa “quarta parte de terra” – na expressão de Américo Vespúcio ao se referir à América – dá-se em 1492. Lentamente, o Novo Mundo se delineou aos olhos da Europa conforme narrativa dos cronistas que o descreveram, passando a ter existência concreta, isto é, a Europa tomou conhecimento de sua existência.

Desde então os povos das Américas, que não a do Norte, acostumaram-se com os rótulos que lhes foram impostos por nações ou organismos encarregados de gerir o desenvolvimento desses países e inúmeros programas sucederam-se ao longo dos últimos anos sem alcançar a finalidade a que se propuseram: alavancar esses países para o patamar das nações desenvolvidas.

O resgate dessa questão visa refletir sobre o encobrimento dos contrastes que permeia os pacotes que insistem em padronizar os programas de desenvolvimento, sobretudo na América Latina, sem considerar as especificidades de etnias, segmentos sociais, regiões etc. Quando os movimentos históricos passam a ser regidos pelos interesses, pelas aparências, é impossível superar problemas estruturais, uma vez que não se busca a compreensão das causas que os perpetuam, mas impõe-se diretrizes alheias à realidade que se quer modificar, conforme padrões previamente estabelecidos.

Janice Theodoro afirma que devido a “uma linguagem barroca, com a qual construímos nossa história” somos levados mais à “repetição” que à “transformação” e que esse processo é fundamental para a constituição do nosso ser latino:

daí uma vocação para o arcaico, uma enorme dificuldade de incorporar os padrões da modernidade, uma vontade de se conservar imóvel no tempo e no espaço... a cristalização e a estagnação das formas se apresentam como rito de vida. O Estado e a burocracia auxiliam a permanência, a repetição de todo um acervo cultural, como se através dele, pudéssemos resgatar uma vitalidade original.²

Reporto-me à obra da autora uma vez que nela vislumbro elementos capazes de auxiliar na compreensão do processo que vivemos em nossos países. É uma abordagem de modernidade compreendida como inexorável, como uma via que deve ser trilhada para superar o atraso e para viabilizar a superação de empecilhos que se perpetuam desde a descoberta e colonização.

Ao lado da crise dos paradigmas, questiona-se hoje a própria modernidade como projeto a ser imposto de cima para baixo. Preconiza-se o respeito às tradições e às culturas dos mais diversos povos incluídos nas nações em desenvolvimento. Esse é um passo fundamental para a compreensão dessas mesmas culturas e para viabilizar programas exequíveis, que consigam superar entraves estruturais que perpetuam a desigualdade social. Discute-se hoje a manutenção das identidades culturais e conseqüentemente o *modus vivendi e modus operandi* dos diversos povos ditos subdesenvolvidos, em desenvolvimento ou emergentes.

A importância desse novo enfoque, a meu ver, não invalida análises como as da autora acima citada. Apesar de considerá-las válidas ou não, analisam, sob perspectivas diferenciadas, o porquê das nações latino-americanas não conseguirem romper um processo de modernização desigual que não contempla amplos segmentos da população.

Um dos aspectos menos sujeitos a questionamentos quando se enfoca a conceituação de modernidade é o inexorável refazer-se, reconstituir-se, recomeçar. Faz parte do 'ser-moderno' a abertura para o novo. Para que as pessoas possam integrar-se e interagir no mundo moderno é preciso que assumam essa abertura, não apenas enquanto possibilidade, mas enquanto atitude concreta.

Homens e mulheres modernos precisam aprender a aspirar à mudança... Precisam aprender a não lamentar com muita nostalgia as "relações fixas, imobilizadas" de um passado real ou de fantasia, mas a se deliciar na mobilidade, a se empenhar na renovação, a olhar sempre na direção de futuros desenvolvimentos em suas condições de vida e em suas relações com outros seres humanos.³

Sem contradizer a essência da proposta é preciso ressaltar a ambigüidade da mesma, uma vez que não leva em conta aspectos que

impedem amplas parcelas, sobretudo nas chamadas nações emergentes, de se 'deliciarem' com a mobilidade teoricamente proporcionada pela modernidade. Essa é a questão de fundo das propostas modernizantes: não consideram o paroxismo intrínseco ao processo.

Sob a conjuntura atual, no âmbito da temática deste artigo, torna-se impossível ao pequeno produtor em Goiás alavancar condições para seu desenvolvimento num contexto desigual, que ainda o vê como retrógrado ou incapaz de viabilizar sua existência numa estrutura moderna, ágil e em contínua mutação, como se sua existência não estivesse imbricada nesse fluxo inexorável da modernidade.

O pequeno produtor familiar mostra-se perplexo com as contradições do próprio sistema em que está inserido. Luta com todos os meios de que dispõe para superar as dificuldades, mas uma ponta do fio da meada sempre lhe escapa. É a lógica do mercado que não o considera enquanto pessoa, enquanto parte de uma família, de um contexto, de uma identidade a ser preservada. Todavia, o produtor familiar se compreende assim e prossegue na luta para não ser tragado pelo turbilhão da impessoalidade do mercado que parece governar o destino das pessoas.

É uma luta desigual mas que vem encontrando respaldo não mais apenas no meio acadêmico-cultural. Começa-se a repensar o próprio processo modernizador no campo. A importância do resgate e mesmo da preservação das identidades ocupa espaço acentuado nos novos enfoques. Prioriza-se o homem do campo, tenta-se compreender a sua racionalidade para que sejam elaboradas novas políticas para o setor, mais concernentes à sua realidade.

É um dado que tende a se configurar nas políticas públicas estabelecidas no país. Por enquanto os encaminhamentos nessa direção são apenas esboços, projetos, mas partem das instâncias governamentais, o que parece sinalizar que os trabalhos acadêmicos estão começando a produzir frutos.

Uma das mais recentes propostas do governo de Goiás ao reativar o Idago – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado de Goiás, em 09/06/95, foi a parceria deste com o Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para agilizar a reforma agrária no estado, e com a Metago, para que esta empresa venda calcário a preço de custo para os assentados pelo Instituto e as associações de pequenos

produtores. Busca-se efetivar uma política social para o campo, a partir desses órgãos.⁴

A perspectiva modernizante, que eliminava as pessoas e que via na tecnologia o supremo bem, parece estar em declínio. Isso porque o modelo alcança um ponto de saturação. É preciso colocar 'alma' nesse processo avassalador.

É uma perspectiva que nos anima a acreditar que a partir da crise dos paradigmas, das verdades universais, se resgate a essência do homem, qualquer homem, na cidade e no campo. As análises e artigos que começam a alcançar ressonância e que preconizam o fim da espécie humana, causada pelo desequilíbrio dos ecossistemas pelo próprio homem, podem levar a novas reflexões que alavanquem em cada sociedade o desejo de que se valorize o homem enquanto agente do fazer histórico.

O Brasil e, em especial, Goiás vêm pagando um alto preço para ascender ao patamar da modernidade, desconsiderando-se a questão social. A agricultura foi organizada, a partir da década de 1960, expressando um conjunto de visões que indicava os rumos para se alcançar uma agricultura moderna, competitiva e auto-sustentada, conforme preconizam os discursos modernizantes. Tudo o mais foi sacrificado no altar da modernidade, deixando um ônus social que não cessa de crescer.

Um dos reflexos do processo modernizador nos moldes em que se deu com base em modelos vigentes nos países centrais, foi o esgotamento do próprio modelo, que vem conhecendo sensível retrocesso devido à escassez de recursos. No Brasil, a modernização da agricultura mostrou a sua face cruel: benefício de poucos, sacrifícios de ampla parcela. Os fartos recursos do período mascararam a dura realidade que avulta com crueza. A população rural empobreceu e muitos foram engrossar as periferias urbanas.

A criação do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás – Idago, no início dos anos 60, foi uma tentativa de regulamentar a posse da terra e de implantar projetos de colonização. A partir do golpe de 1964, o Instituto assumiu a propalada política de modernização, priorizando a grande propriedade. O Estado capitaneou o processo, estimulando as tendências concentradoras do sistema capitalista, com altos custos, em termos sociais e econômicos. Dentre as políticas

adotadas pelo governo para o setor, a pesquisa agropecuária alcançou avanço significativo em Goiás, impulsionando a incorporação do cerrado como área produtiva, a partir da correção do solo.⁵

A modernização, nos moldes em que foi preconizada e imposta ao país, serviu para ampliar os desequilíbrios no campo. No entanto não é mais possível simplesmente 'varrê-la para debaixo do tapete'. Ao lado da preservação das características rurais, a modernização foi assimilada e inserida nas propostas das famílias rurais. Estas não querem o crescimento econômico a qualquer preço, como vem ocorrendo, mas seus valores estão permeados por itens de trabalho e de consumo modernos. Almejam o trator, os implementos, os insumos etc., que podem ajudá-las no amanho da terra.

Mediante pesquisa, em sete municípios goianos,⁶ constatou-se que a maior parte dos pequenos produtores reconhece que a capacidade de autodeterminação das famílias só se efetivará com sua estabilidade na área rural. O precário equilíbrio entre ser camponês e almejar a modernização no fazer agrícola (máquinas e insumos) e no lazer (eletrodomésticos, como tv) acontece mais pela escassez de recursos. Nesse sentido, a busca da modernidade para garantir melhor qualidade de vida da família no campo não implica em rompimento com valores e tradições. Pode significar, ao contrário, a libertação do pequeno produtor enquanto sujeito.⁷ Hoje ele apenas sonha com o que o trabalho familiar poderia lhe proporcionar se as condições fossem mais favoráveis.

Obviamente, esse desejo expresso de adquirir bens de consumo e de produção não implica a superação de práticas tradicionais no amanho da terra. Valoriza-se a 'sabedoria camponesa' que advém da longa prática do cultivo, transmitida de pai para filho. Há muitas formas de encarar-se o progresso, sendo necessário cuidado, por parte de quem analisa a realidade rural, para não cair na tentação de afirmar que a questão das identidades aponta para o conformismo com uma realidade já dada e que não se pretende modificar.

O direito que cada um tem de buscar seus próprios caminhos deve ser garantido. O desenvolvimento tem uma dimensão cultural e esta deve ser resguardada. É a cultura de cada comunidade ou grupo que dá o sentido do que é viver bem; não compete a nenhum órgão ou agente determinar um modelo e esse aspecto parece estar sendo um consenso nas propostas atuais de fomento à pequena produção.⁸ A crítica ao

modelo de modernização, nos moldes em que foi executado no Brasil, não implica que alguns dos seus elementos não sejam buscados ou mesmo preservados.

A questão agrária e, especificamente, a pequena produção têm sido analisadas em sua relação com o chamado processo de modernização. O conceito de modernização é sempre, nesses casos, entendido como oposto a tradicional.

A dicotomia tradicional-moderno é uma concepção das teorias de modernização propostas pela economia neoclássica.⁹ Nesse modelo, os países subdesenvolvidos possuem dois setores distintos: um setor moderno, capitalista e industrial, propenso a inovações e orientado para o mercado, e o setor tradicional, agrícola e estagnado, baseado na produção de subsistência. Este último produz escasso excedente para comercialização e tem pouco interesse pelo lucro. O desenvolvimento econômico das áreas rurais depende da difusão tecnológica, a partir do setor moderno.

Essas análises não contemplam as relações sociais, nem a maneira como estas interferem na determinação dos processos de produção. Não percebem o inter-relacionamento entre o moderno e o tradicional e não aceitam o camponês como agente, como sujeito e não apenas mero receptor das políticas públicas para o campo.

A pesquisa demonstrou como a difusão da tecnologia modificou a relação do homem com a terra. Mesmo os pequenos produtores com poucos recursos alugam trator ao menos para preparar a terra por ocasião do plantio. A prioridade de todos, sem exceção, caso sobrassem recursos, seria adquirir um trator para agilizar e facilitar o trato da terra.

A postura adotada pelos enfoques modernizantes, de um modo geral, não leva em consideração os mecanismos de dominação econômica. A questão é tratada quase sempre como se a pequena produção fosse incapaz de atingir a eficiência capitalista por escolha própria. Esses agricultores são enfocados como conformistas e retrógrados, sem análise detalhada do processo que os levou a esse estágio.

Nessa perspectiva, várias teorias tentaram apontar saídas para os países 'subdesenvolvidos' e para as chamadas 'nações emergentes'. O próprio termo emergente é carregado dessa conotação ideológica de desenvolvimento, o que exigiria seguir as diretrizes apontadas pelas grandes nações, chamadas de Primeiro Mundo, para alcançar o mesmo estágio de desenvolvimento, o que na prática mostrou-se inviável.

Alheios aos dissensos teóricos a respeito deles próprios, os produtores familiares apontam vários fatores que obstaculizam sua produção: a terra está cansada e necessita de maiores índices de adubação, de correção e, conseqüentemente, de mais horas-trator para prepará-la para o plantio, o que é inviável para a maioria. Fazem uso do trator, ao menos para preparar a terra, mas afirmam que seriam necessárias mais horas-máquina para se alcançar a otimização do cultivo.

Vários analistas apontam que os altos custos dos produtos industriais, tais como insumos e implementos agrícolas, fazem com que os pequenos produtores tenham acesso apenas parcial aos recursos tecnológicos, limitando o intercâmbio destes com o mercado.

Não é propósito aqui contestar a evidência de que o capitalismo brasileiro gestou uma agricultura moderna e sim endossar a análise de que esse desenvolvimento foi desigual, não incorporando parcelas significativas da população rural. O processo de modernização agrícola desigual tem como conseqüência a ampliação da pobreza no campo. Esse fator leva ao êxodo rural e conseqüentemente à miséria, tanto nas pequenas cidades do interior como na periferia das grandes cidades.

Quando em contato com o chamado 'setor atrasado' percebe-se, ao contrário do que se divulga, que este tem uma visão acurada do processo político-econômico do país, aspecto este não trabalhado pela maioria dos autores que investigam o setor agrário no Brasil. Os testemunhos da família rural evidenciam que não há a preocupação de ouvi-los, na solução de problemas que não dizem respeito apenas a eles, uma vez que concorrem para agravar os indicadores sociais em todo o país.

Inúmeras análises demonstram que, na medida em que os países em desenvolvimento integram-se aos grandes mercados mundiais, ocorrem mudanças sociais e políticas tanto no setor urbano-industrial quanto no setor agrícola, pelo uso de recursos governamentais, especialmente créditos.¹⁰ Há uma tendência à expansão das áreas de cultivo para colheitas economicamente mais rentáveis. Esse processo tem como conseqüência primordial o alijamento do pequeno produtor, seja da terra, seja dos créditos oficiais. Na maioria das vezes, o impacto financeiro sobre os custos da produção pode inviabilizar a produção em pequena escala. A pequena propriedade familiar, em sua maior parte, atualmente, apresenta esse quadro em Goiás.

O crédito agrícola desempenhou papel fundamental no processo de modernização da agricultura brasileira. A introdução de novos padrões de produção foi precedida de vultosos investimentos, que a maior parte dos produtores não seria capaz de mobilizar. Fator determinante foi, pois, a possibilidade de acesso ao crédito rural.¹¹

Conforme pesquisas realizadas pelo IFAS – Instituto de Formação e Assessoria Sindical, o programa oficial sempre contemplou pequenas e grandes propriedades, indistintamente, mas desde 1965, quando foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, destinado prioritariamente a pequenos e médios produtores rurais, houve canalização de recursos para grandes proprietários.

A criação de associações de pequenos produtores rurais vem contribuindo para a difusão e ampliação do uso de máquinas, sementes melhoradas e técnicas de correção de solo, além de possibilitar a aquisição de reprodutores bovinos; cada vez mais os produtores estão se conscientizando da necessidade de se unirem para superar o processo desagregador de que são vítimas.¹²

Diante dos inúmeros obstáculos que impedem a autonomia do pequeno produtor rural frente à política agrícola do governo federal, bem como da impossibilidade de acessar recursos para investimento em tecnologia e custeio da produção, uma das alternativas que se apresentam mais viáveis atualmente é a associação de pequenos produtores. As famílias rurais afirmam que até mesmo o acesso ao Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO,¹³ direcionado aos produtores associados, vem se tornando difícil, mas fora de uma associação torna-se impossível atualmente contrair empréstimos para financiamento da produção.

A possibilidade de gestão nos sindicatos e nas associações, além dos benefícios que se traduzem em orientação jurídica, aposentadoria e assistência médica, no primeiro caso, além do acesso ao crédito e da partilha de investimentos e lucros, no segundo caso, são os motivos que atraem os produtores. É um processo que atesta a procura, por parte dos agricultores familiares, de possibilidades de modernizar e aumentar a produtividade de suas terras, em geral semi-esgotadas e extremamente fragmentadas pelo processo de herança.

A agricultura familiar é analisada pela FAO em três categorias. A primeira é a consolidada. A segunda categoria é a de transição, em que muitos podem ascender à primeira categoria, mas a maior parte está

caindo. A terceira é a periférica. Nesse caso, quase não são mais agricultores, impossibilitados que estão de incrementar sua produtividade. O diagnóstico da FAO é que se deve fortalecer a agricultura familiar de transição, para reverter esse processo desagregador. É o que o governo federal propôs-se ao lançar o Pacote da Agricultura Familiar em abril de 1995, mas que é mantido em compasso de espera.

O que vem implícito na luta dos agricultores familiares por maior reconhecimento, sobretudo por parte das políticas públicas voltadas para o campo, é que pertencem à terra, nela querem viver e produzir e dela tirar o sustento da família. Questionados, durante a pesquisa, se diante de tantas dificuldades venderiam suas terras, afirmaram, sem titubear, que não, a não ser quando fosse para comprar mais e melhores. Terra, trabalho e família confundem-se num mesmo processo e num mesmo destino.

Abstract

This article presents a useful analysis of the modern *versus* traditional discussion in the Brazilian agriculture, within a framework where the small propriety has been identified with tradition. So this approach has considered it an obstacle to the agrarian modernization of the country. But this polarity has served to hide the State's economic policy that has favoured the great production and the agroindustry. Now, the modernization model weakness has opened new possibilities to the excluded agents and had shed light on the small production debate.

Notas

- 1 DUSSEL, 1993, p. 37.
- 2 THEODORO, 1992, p. 170-174.
- 3 BERMAN, 1994, p. 94.
- 4 Jornal *O Popular* de 10/06/95, p. 8-A.
- 5 Conforme Grupo de Estudos da Pequena Produção em Goiás: *Elementos para a sua Compreensão*. Escola de Agronomia da UFG – Goiânia, junho de 1993 (mimeo).
- 6 Foram aplicados 248 questionários em seis municípios: Goiás, Itapuranga, Orizona, Rio Verde, Formosa e Porangatu, e feitas entre-

vistas em Itaberaí por equipes da CPT-Goiás, Comissão Pastoral da Terra, IFAS – Instituto de Formação e Assessoria Sindical e Universidade Federal de Goiás.

- 7 Thierry G. Verhelst, dentre outros, trabalha com o conceito de identidade de cada sujeito histórico, inclusive das minorias ainda sem representatividade política.
- 8 A FAO vem propondo a metodologia de Sistemas Agrários, a chamada Análise Sistêmica, que busca conhecer a estratégia dos pequenos produtores rurais para então propor alguma orientação, tendo por base sua própria experiência.
- 9 A Escola Neoclássica tem como expoente máximo Theodore W. Shultz, considerado o teórico da modernização na agricultura e que tem, como obra mais conhecida o título editado no Brasil pela Zahar em 1965: *A transformação da agricultura tradicional*.
- 10 Ver, dentre outros, *Agricultura e políticas públicas* – IPEA – 127 de 1990.
- 11 IFAS – *Estudo sobre crédito agrícola*, Goiânia, fevereiro de 1992.
- 12 Está sediado em Goiânia o Camppo – Centro de Apoio aos Mini e Pequenos Produtores e suas Organizações, que presta assessoramento e orientação aos mini e pequenos agricultores em Goiás. Com a criação do Centro, houve sensível ampliação no número de associações em todo o estado. As primeiras experiências foram concretizadas nos municípios de Formosa, Orizona, Porangatu e Silvânia. Atualmente estão instaladas Centrais de Associações de Pequenos Produtores em 25 municípios do Estado, aglutinando ao todo 840 associações.
- 13 Os Fundos Constitucionais foram criados pelo Artigo 159 da Constituição Federal e regulamentados pela lei 7.827, de 27/09/1989, com a finalidade de impulsionar o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. São repassados aos Fundos Constitucionais 3% da arrecadação do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados. O Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO é contemplado com o montante de 0,6% da arrecadação federal dos tributos acima citados. (Caderno de Consultas IFAS, número 4, março de 1994).

Referências Bibliográficas

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar* – a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

- DUSSEL, Enrique. *1492: O encobrimento do outro – a origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ESTUDO sobre crédito agrícola – *Caderno de Consulta* número 2 – Instituto de Assessoria Sindical – IFAS. Goiânia, fev. 1994.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- LAMARCHE, Hughes (coord). *A agricultura familiar – comparação internacional*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo – estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.
- SILVA, José F.Graziano: *A modernização dolorosa – estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SCHULTZ, Theodore W. *A transformação da agricultura tradicional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- THEODORO, Janice. *América barroca – tema e variações*. São Paulo: Edusp, Nova Fronteira, 1992.
- VERHELST, Thierry G. *O direito à diferença – identidades culturais e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- DELGADO, Guilherme Costa, GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro (org). *IPEA – 127*. Brasília: IPEA, 1990.